



## **EDITORIAL**

---

Prezados Leitores,

É com grande satisfação que apresentamos o 18º volume da Revista Direitos Fundamentais e Democracia (RDFD), uma publicação comprometida com a veiculação da produção acadêmica de qualidade desenvolvida no âmbito da temática Direitos Fundamentais e Democracia.

Essa edição marca o reconhecimento da excelência da Revista, visto que a mesma foi avaliada no extrato A2 pelo sistema *Qualis* da Capes. Com essa avaliação tem-se que a Revista se encontra entre os mais importantes veículos acadêmicos brasileiros de divulgação da produção jurídica nacional e internacional. Esse resultado é uma conquista de todos nós, mas em especial retrata a confiança do público leitor para com a qualidade do material aqui divulgado.

Necessário também registrar, que do conselho editorial integram dois professores de países distantes, que passam agora a contribuir para a efetiva internacionalização da Revista. Da Rússia, mais precisamente da Escola de Direito da National Research University – Higher School of Economics, de São Petersburg, temos o Prof. Dr. Mikhail Antonov, e do Japão, da Faculdade de Direito da Universidade Senshu, temos o Prof. Dr. Takayuki Ii.

Com o objetivo de manter estreito vínculo entre os artigos e a linha editorial, de modo que sejam produzidas publicações que ofereçam aos leitores uma Revista coerente, harmônica, que apresente aspectos da problemática que envolve a temática: “Direitos Fundamentais e Democracia”, o presente Volume reúne artigos em português e espanhol que (i) dão ênfase à participação democrática cidadã; (ii) discutem os limites do Estado Constitucional e (iii) abordam a efetividade dos direitos fundamentais.

No primeiro grupo encontram-se grande parte dos artigos do presente volume. Neles, o leitor irá encontrar abordagens que tratam dos mecanismos de responsabilização dos candidatos aos cargos majoritários do Poder Executivo que se desvirtuam das propostas apresentadas no registro da candidatura; a mediação como mecanismo de acesso à justiça; a fragilidade do instituto da audiência pública como instrumento efetivo de participação cidadã, a partir da análise de um caso concreto; o direito de voto para os refugiados; a participação dos cidadãos nas políticas públicas ambientais; os partidos políticos nas instituições supranacionais, em especial os chamados europartidos; a separação dos poderes em face da questão atual da judicialização da política na perspectiva das teses defendidas em “O Federalista”; a crise da democracia representativa e outras formas de participação e deliberação cidadãs; a participação cidadã na discussão e regulamentação democráticas das chamadas nanotecnologias. Quanto ainda aos segundo e terceiro grupos, o Estado de Direito garantista é investigado no contexto do liberalismo e da globalização como alternativa aos poderes desregulados, como instrumento para a imposição de limites e vínculos a esses poderes desregulados. O tema da efetividade dos direitos fundamentais é abordado na discussão quanto à relativização, em casos concretos excepcionais, da presunção de violência em crimes sexuais contra vulnerável, bem como na abordagem do princípio da proporcionalidade e o balanceamento.

Desejamos a todos uma boa leitura do presente volume na expectativa de que os artigos aqui publicados atendam às exigências de qualidade do nosso sempre, e cada vez maior, público leitor.

Curitiba, 04 de novembro de 2015.

Equipe editorial